

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1327 - 23/11/2015 a 29/11/2015

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

BOVINOCULTURA

DE OLHO NO MERCADO EXTERNO

Silvicultura

Exploração comercial para salvar as araucárias

Defensivos

A segurança está no modo de usar



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM

165

DIAS PARA O TÉRMINO DO PRAZO

www.sistemafaep.org.br

Muitas vezes, a melhoria da sociedade se dá com um pouco de conflito. Legislações são aperfeiçoadas pelo debate, em que a exposição de pontos de vista é feita sem meias-palavras e com base em fatos e números.

O Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR tem dado sua contribuição nesse sentido sempre que necessário, servindo como veículo do setor produtivo paranaense em tantas ocasiões, recentes e passadas.

Uma dessas questões cujo debate essencial é o uso dos defensivos agrícolas, tão atacado por algumas correntes. Esse tema tem sido abordado nestas páginas, e com uma série de reportagens que pretende desfazer mitos que cercam esses produtos. Na edição passada, falamos sobre a importância de usar esse tipo de ferramenta para manter a produção global de alimentos – afinal, como alimentar os 9 bilhões de habitantes que nosso planetinha terá em 2050 sem elevar a produtividade agrícola?

Desta vez, falamos sobre a segurança no uso desses produtos. O que trazemos é o que o produtor, certamente, já sabe: quando corretamente aplicados, manipulados, transportados e armazenados, os defensivos são seguros. E o Sistema FAEP-SENAR-PR contribui para essa segurança, com a realização de diversos cursos sobre o tema. Você já participou de algum?

Além disso, temos diversos outros temas, que tornam esta revista interessante e variada, para você juntar o útil ao agradável.

Boa leitura!

Índice

Araucária	03
Conjuntura	04
PRA	08
Seguro Rural	10
Notas	13
História - Ricardo Lunardelli	14
Bovinocultura de Corte	16
Logística	19
Defensivos	20
Obituário	23
Empreendedor	24
Conseleite	27
Fundepec/Nota	28
Eventos Sindicais	29
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | **Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1327:

Fernando Santos, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP

Manejo para evitar extinção

Técnicos da FAEP e das universidades concordam: exploração comercial é o caminho para salvar a árvore-símbolo do Paraná



No último dia 16 de novembro, técnicos e pesquisadores do meio florestal, como Embrapa Florestas, Universidade federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Centro-oeste (Unicentro), FAEP e Instituto de Florestas do Paraná, se reuniram na sede da federação, em Curitiba, para discutir a reativação do plano de manejo da araucária como atividade econômica no Paraná. Pela atual legislação, o Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*) é considerado uma espécie em extinção, proibida para corte e exploração. “A lei inviabiliza o plantio, a colheita e a utilização da matéria-prima florestal nas áreas rurais e, conseqüentemente, a propagação da espécie. A araucária não está em extinção e a prova disso é a sua presença em vários municípios do Paraná. Temos que desmitificar isso e mostrar que é possível obter a colheita da araucária, através de manejo sustentável”, comentou José Hess, engenheiro florestal do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

No último mês de setembro, a FAEP encaminhou ofício ao secretário do Meio Ambiente, Ricardo José Soavinski, solicitando a liberação da colheita da araucária, com base em pesquisas técnicas e nas orientações contidas no manejo florestal. “É necessário que o governo estadual adote medidas urgentes, aceitando as diretrizes dos estudos científicos de pesquisa florestal”, observou José Hess. Durante a reunião, o professor Flávio Zanette, da UFPR, observou que áreas de matas nativas com florestas de araucária ou a criação de unidades de conservação não são suficientes para salvar a espécie. “Para preservá-la tem que ocorrer interferência humana através do manejo florestal”, acrescentou.

O técnico Amauri Ferreira, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ema-ter), comentou que é grande a demanda por projetos de plantio de araucária. Entretanto, os produtores desanimam porque não há garantia de colheita após o crescimento da planta.

Durante a reunião, os professores Afonso Figueiredo Filho, da UFPR, e Carlos Henrique

B. Nauiack, da Unicentro, apresentaram o estudo “A situação da Floresta com Araucária no Paraná e o Projeto Imituvão”.

A pesquisa foi desenvolvida em 36 pequenas propriedades na região de Irati e Imituva com o objetivo de mostrar que é possível fazer a colheita da araucária na mata nativa, através de um plano de manejo, em que são colhidas as espécies adultas, permitindo a regeneração das espécies mais novas.

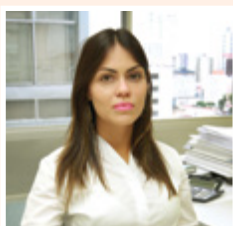
Hoje, a área de floresta de araucária concentra 21.425,46 km² no Paraná, segundo dados de 2001 da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (Funpef). A sua exploração teve início na década de 70 e encerrou-se em 2000, quando ocorreu a suspensão de autorizações para corte ou exploração de espécies ameaçadas de extinção. Atualmente, a produção da floresta com araucária se restringe à exploração de bracatingais (para fornecimento de lenha) e a produtos não-madeireiros como erva-mate, plantas medicinais e ornamentais, frutas silvestres e pinhão.

A retomada é lenta

Economias emergentes, como o Brasil, continuam a perder o ritmo de crescimento



Linha de produção na China: crescimento mais modesto em 2016



Tânia Moreira

Economista do Departamento Técnico e Econômico

Dados globais continuam a sinalizar um cenário de menor crescimento mundial em 2015, com lenta retomada do crescimento em economias avançadas e perda do ritmo de crescimento em economias emergentes.

As economias avançadas precisam lidar com cenário de baixa inflação, agravado pela queda do preço das commodities, com decisões sobre a política monetária, que incluem a alta das taxas de juros no caso dos Estados Unidos e a concessão de prováveis novos estímulos à economia no caso da Zona do Euro e Japão.

Nas economias emergentes, a perda do ritmo de crescimento reflete a fraqueza de grandes economias e exportadores de petróleo, agravada pela falta de reformas estruturais, baixo crescimento em produtividade, com o Brasil tendo a pior taxa de crescimento do PIB depois da Rússia.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

	2013	2014	2015	2016	
MUNDO	3,3	3,4	3,1	3,6	■■■■
ECONOMIAS AVANÇADAS	1,1	1,8	2,0	2,2	■■■■
Estados Unidos	1,5	2,4	2,6	2,8	■■■■
Zona do Euro	-0,3	0,9	1,5	1,6	■■■
Japão	1,6	-0,1	0,6	1,0	■ ■ ■
ECONOMIAS EMERGENTES	5,0	4,6	4,0	4,0	■■■■
Brasil	2,7	0,1	-3,0	-1,0	■ ■ ■
Rússia	1,3	0,6	-3,8	-0,6	■ ■ ■
China	7,7	7,3	6,8	6,3	■■■■

Fonte: FMI oct-15. Elaboração: DTE | FAEP

Panorama nacional

A preocupação com o ajuste fiscal segue elevada, tornando-se cada vez mais dependente do ajuste político, o que segue impactando o nível de atividade econômica.

- Resultado primário de setembro de 2015 melhora em relação a setembro de 2014, mas é o pior no acumulado desde 1997.

O déficit primário do governo federal em setembro desse ano foi de R\$ 6,9 bilhões, o que foi melhor que os R\$ 20,4 bilhões de setembro do ano passado. Porém, no acumulado do ano, o déficit primário de R\$ 20,9 bilhões é o pior desde 1997.

- Na nova proposta de resultado primário do setor público, o governo prevê déficit primário de 0,85% do PIB e promete superávit para 2016, mas pede flexibilização. Em nova proposta no mês de outubro, a perspectiva de déficit primário para o setor público consolidado em 2015 é de R\$ 49,9 bilhões (0,85% do PIB), frente a uma proposta inicial de obtenção de superávit de 1,2% do PIB. Com isso o resultado é pior que em 2014, e o pior da série histórica. Nas perspectivas particulares, de consultorias, além do déficit de 1,0% do PIB em 2015, é projetado um déficit de -0,5% para 2016, com queda nas receitas, mais fortes, que a contração das despesas.

- Perspectivas para o PIB nacional só pioram, mas o agronegócio mantém perspectiva de crescimento. Em janeiro, o Boletim Focus esperava o crescimento de 0,5% para 2015 e de 1,8% para 2016. Desde então, as perspectivas deterioraram-se e atualmente o PIB de 2015 e 2016 são previstos com retração de 3,05% e 1,51%, respectivamente. O agronegócio é a única atividade com perspectiva de crescimento, a despeito da queda do preço internacional das commodities.

	2014.IV	2015.I	2015.II	*2015 FINAL	*2016
Agropecuária	1,2	4,0	1,8	2,2	2,0
Indústria	-1,9	-3,0	-5,2	-5,5	-2,0
Serviços	0,4	-1,2	-1,4	-2,0	-1,5
PIB a preços de mercado	-0,2	-1,6	-2,6	-3,05	-1,51

Fonte: IBGE, BC, Bradesco, Focus BC.
Elaboração: DTE | FAEP

	2014.IV	2015.I	2015.II	*2015 FINAL	*2016
PIB a preços de mercado	-0,2	-1,6	-2,6	-3,05	-1,51
Agropecuária	1,2	4,0	1,8	2,2	2,0
Indústria	-1,9	-3,0	-5,2	-5,5	-2,0
Serviços	0,4	-1,2	-1,4	-2,0	-1,5

Fonte: IBGE, BC, Bradesco, Focus BC.
Elaboração: DTE | FAEP

Cenário nacional – indústria

- Índice de Confiança da Indústria (ICI) é segundo pior desde 1995. Após oito quedas consecutivas, o ICI em outubro registrou crescimento de 2,3%, passando para 67,5 pontos, mas ainda é o segundo pior da série histórica desde 1995. (IBRE).

- Sem confiança, sem negócio. A variável que mede a tendência dos negócios do empresariado industrial em relação aos próximos seis meses, e que guarda relação com o consumo de bens de capital, manteve trajetória de queda no 3º semestre. (FGV/IBRE).

- Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) melhora 0,3 pontos percentuais em outubro, mas continua entre os piores resultados desde 1993. NUCI de outubro foi de 76,8% em relação à média dos últimos 60 meses de 83,1%. Só não é pior que janeiro de 1993 (73,6%). (FGV).

- Menos investimentos, menos confiança, menos empregos. A indústria de transformação teve o pior mês de setembro desde 1995. Foram perdidas 10.915 vagas só neste mês, e no acumulado do ano foram -287.472 vagas de trabalho. (MTE).

- Produção industrial tem maior recuo desde 2009. Produção industrial teve 4º recuo mensal seguido em setembro. Em relação ao ano passado, mesmo mês, o recuo foi de 10,9%, a queda mais acentuada desde abril de 2009. A indústria de bens de capital é a que apresenta a queda mais acentuada, 23,6% na produção em relação ao ano passado. O setor automobilístico perdeu 39,3% em relação a setembro de 2014. (IBGE).

Cenário nacional – Comércio

A desaceleração do crescimento do crédito, a inflação elevada, menor confiança do consumidor, produtos importados mais caros, elevadas taxas de juros, desemprego, redução da renda real culminam em redução da demanda interna, acentuando a redução da atividade econômica do comércio.

- Índice de Confiança do Consumidor (ICOM) em queda. O ICOM de outubro registrou o menor nível desde março de 2010, início da série histórica da FGV, recuando pelo 6º mês seguido. O comércio entra no 4º trimestre do ano insatisfeito com os níveis de demanda e prevendo vendas fracas no final do ano.

- Índice de volume de vendas no comércio varejista encerra com queda de 3,0% no acumulado do ano até agosto (Pior variação acumulada desde 2003). A variação acumulada encerrada em agosto/2015 para a venda de veículos, motos, partes e peças foi de -15,4%, sendo a pior variação acumulada em agosto desde 2002. (IBGE).

- Redução de vagas de emprego. No acumulado do ano, até setembro, foram perdidas 657.761 vagas de trabalho, pior resultado desde 2002. A redução de vagas no comércio foi de -238.242 no acumulado do ano. (MTE).

- Redução da renda real. No acumulado de 12 meses até agosto, a redução do rendimento real das pessoas ocupadas caiu 3,0%. (IBGE).

- Inflação é a maior desde 2003. No acumulado de 12 meses até agosto, a IPCA foi de 9,53%, o maior desde 2003, com estimativa de encerrar o ano perto de 10% e de 6,22% para 2016, segundo Banco Central.

Cenário nacional – Serviços:

- Índice de Confiança de Serviços (ICS) tem melhora em outubro, mas ainda é o segundo pior desde junho de 2008, início da série histórica. O ICS registrou melhora no mês de outubro, após cinco quedas consecutivas, mas ainda assim é o 2º pior desde 2008. (FGV/IBRE).

- Redução de vagas. A redução das vagas de emprego no acumulado até setembro foi de 32.550, a maior desde o início da série histórica apresentada pelo MTE.



Comércio parado: confiança do consumidor também está em baixa

Cenário nacional – Agronegócio

Em outubro o Índice de Preço dos Alimentos da FAO registrou avanço de 3,9% em relação a setembro, em função das preocupações com o El Niño, mas o preço global dos alimentos é 16% menor que no ano passado.

O agronegócio será a única atividade a registrar aumento na atividade econômica em 2015 e 2016, mesmo com os desafios de redução do preço das commodities, custo de produção mais elevado, crédito rural mais oneroso e falta de recursos para subvenção do Programa de Seguro Rural. A dinâmica da sustentação vem da desvalorização cambial, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, apesar do preço mais alto pelo lado do custo.

- 2015 maior Valor Bruto da Produção (VBP) da série: O VBP 2015 está estimado em R\$ 481,4 bilhões, segundo a Secretaria de Política Agrícola (SPA). Este valor é 1,3% maior que no ano passado, sendo o maior VBP obtido na série histórica. 0,8% é o crescimento real das lavouras e 2,2% da pecuária.

Os dados regionais mostram destaque para a região Sul, com VBP de R\$ 139,9 bilhões. Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Minas Gerais são os Estados com maior valor da produção neste ano, respectivamente. (MAPA).

- Produção nacional cresce 1,7%. Segundo a Conab, a produção nacional de grãos na safra 2015/16 deve totalizar, no limite superior, 213,4 milhões de toneladas. A produção paranaense deve totalizar 38,5 milhões de toneladas, crescendo 1,5% e representando 18% da produção nacional. (Conab).

- Valor exportado menor, mas que representa 46,3% do valor exportado pelo Brasil. Apesar das exportações do agronegócio terem recuado 11,8% em valor no acumulado do ano (jan-set), responderam por 46,3% de todo valor exportado pelo Brasil. A quantidade exportada pelo agronegócio no período, cresceu 8%. (MDIC).

O grupo mais importante em valor exportado foi o complexo soja com recuo de 16% no preço médio em relação ao ano passado. Seguindo a soja em importância de valor, o grupo carnes, com destaque para carne de frango.

- Estoque de empregos é positivo no agronegócio. Enquanto todos os setores acumulam perda de vagas de emprego de janeiro a agosto, o agronegócio permanece com o estoque de vagas positivo. De janeiro a agosto a redução dos empregos foi de 657.761, enquanto o agronegócio teve saldo positivo de 106.459 vagas. As 106 mil vagas são o resultado mais fraco para a atividade no acumulado de janeiro a agosto, mas entre todas as atividades (com exceção da administração pública) é o único estoque positivo. (MTE).

- Máquinas agrícolas: as vendas de máquinas agrícolas de janeiro a agosto recuaram 29,8% em relação ao mesmo período do ano passado. (Anfavea).

- Fertilizantes entregues ao consumidor final: redução de 5,9% de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período do ano passado. (Anda).

- Crédito rural destinado aos programas de investimentos recuou 44% no Brasil de julho a outubro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014. No Paraná este recuo foi de 35%, conforme o Bacen, em linha com a redução de venda de máquinas agrícolas.

- Crédito custeio: custeio no Brasil aumentou 20% de julho a outubro de 2015 em relação ao mesmo período do ano passado. Custeio no Paraná cresceu 42% neste período. Vale ressaltar que nesse ano não houve a liberação de R\$ 7 bilhões do pré-custeio para a safra (entre março e junho). Essa demanda de recursos ficou represada nos bancos. Com isso, comparando os R\$ 41 bilhões liberados em custeio no Brasil contra os R\$ 34,2 bilhões da safra passada no mesmo período de julho a outubro, se conclui que a diferença é exatamente o pré-custeio. Como houve aumento de custos de produção próximo de 20%, verifica-se que em algumas regiões como RS e MT os produtores reduziram a compra de fertilizantes e no PR a compra ficou estável em relação ao ano passado, sendo o Estado um dos principais tomadores de crédito e do pré-custeio.

- Seguro Rural. Em 2014 foram liberados R\$ 693 milhões. Para 2015, com os cortes no orçamento e pagamentos de atrasados de 2014, o Programa de Subvenção Federal ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) deve liberar em torno de R\$ 300 milhões. Esse recurso não cobre 10% da área agrícola do país e deixou mais de 36 mil produtores de soja sem apoio para o pagamento do prêmio e em torno de 14 mil de outras atividades com frutas, milho, trigo na mesma situação, somando em torno de 50 mil produtores não atendidos.

- Índice de Confiança do Produtor Agropecuário volta a subir, mas é o pior desde 2013, indicando pessimismo. O ICA Agro do produtor agrícola, medido pela FIESP, apresentou recuperação no terceiro trimestre, mas é o pior desde o início da série em 2013. O índice de confiança em relação à economia brasileira e ao custo de produção pioraram em relação ao 2º semestre, enquanto a confiança na produtividade e preço subiu. (FIESP).

- Segundo pesquisa da FIESP, no 3º trimestre apenas 14% dos produtores afirmaram ter intenção de investir em máquinas e equipamentos, sendo que destes, 41% informam o maior interesse para compra de tratores e por último, por agricultura de precisão (11%).

- Soja. Preço médio mensal de outubro para o contrato de maio de 2016 variou entre a mínima de US\$ 19,53 por saca a máxima de US\$ 20,39 por saca. Preço atual é 30% inferior à média das últimas cinco safras, para o mês de outubro, o que é compensando por um câmbio que é quase o dobro (R\$ 3,879) do que era nos últimos cinco anos, para o mês de outubro (R\$ 2,025).

Preço médio recebido pelo produtor no mês de outubro foi de R\$ 69,68 por saca, em relação aos R\$ 68,30 por saca do mês passado, e em relação aos R\$ 55,09 por saca, nominal, para a safra passada. (Seab).

Safra americana tem previsão de produção de 105,81 milhões de toneladas, com 92% colhido e 35% vendido, o que são vendas

mais vagarosas que no ano passado (60%).

A safra brasileira tem previsão de produção de 100,0 milhões de toneladas, com percentual plantado de 30% em relação à média de 40,8% dos últimos anos. (Safras e Mercado).



CÂMBIO

	Mínima	Máxima
agosto-15	R\$ 3,45	R\$ 3,63
setembro-15	R\$ 3,69	R\$ 4,14
outubro-15	R\$ 3,76	R\$ 4,00
Projeções	2015	2016
Previsão Focus - BC	R\$ 4,00	R\$ 4,20
Previsão - Itaú	R\$ 4,00	R\$ 4,25
Previsão - Bradesco	R\$ 3,98	R\$ 4,16
LCA Consultores	R\$ 4,00	R\$ 4,10

Fonte: BC, Itaú, Bradesco, LCA Consultores.

Elaboração: DTE/FAEP. Novembro-2015.

- Banco Central americano na reunião de outubro sinalizou elevação da taxa de juros em dezembro-2015 o que traz volatilidade para a moeda brasileira.

- Acompanhamento de aprovação das medidas fiscais (CPMF, DRU, recursos depositados no exterior).

- Atuação do Banco Central brasileiro para conter os movimentos do câmbio.

Termos de compromisso e Reserva Legal

Entenda como lidar com esses itens sob as regras do Decreto nº 2711



Carla Beck

Engenheira-agrônoma
do Departamento
Técnico Econômico da FAEP

Com a finalidade de explicar todos os artigos importantes do Decreto nº 2711, que implantou o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado do Paraná, FAEP vem apresentando novos esclarecimentos a cada edição do Boletim Informativo. Nesta semana vamos focar dois itens importantes: os documentos necessários para assinar novos termos de compromisso e como relocar uma Reserva Legal (RL) averbada.

Termo de compromisso novo

Se o produtor tiver passivo ambiental tanto nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), RL ou uso restrito deverá assinar um Termo de Compromisso, para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Esse termo é o documento de adesão ao PRA, que será assinado com o órgão ambiental após análise do CAR, com as seguintes informações:

- I – O nome, a qualificação e o endereço da(s) parte(s) compromissada(s) ou do(s) representante(s) legal(is);
- II – Os dados da propriedade ou posse rural;
- III – Número do recibo CAR do(s) imóvel(s) envolvido(s);
- IV – A localização da APP ou RL ou área de uso restrito a ser recomposta, recuperada, regenerada ou compensada;
- V – Lista dos compromissos a serem cumpridos pelo proprietário,

que será um resumo da descrição detalhada constante no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), das ações de regularização ambiental a serem realizadas;

VI – Método de execução dessas ações;

VII – Prazo de cumprimento dos compromissos assumidos apresentado através de cronograma de execução previsto no PRAD;

VIII – Mecanismos de controle do cumprimento das obrigações, que poderá ser por meio da entrega de relatórios anuais, imagens, informação eletrônica, ou, outro que garanta o acompanhamento da execução das medidas pelo órgão ambiental;

IX – Sanções aplicáveis pelo descumprimento do Termo de Compromisso, sendo que as multas serão de até 10% do valor do investimento previsto;

X – Lista das sanções e processos existentes relativas à supressão irregular de vegetação, ocorrida antes de 22 de julho de 2008, e que serão suspensas pelo período em que estiver sendo cumprido o Termo;

XI – O foro competente para dirimir eventual litígio entre as partes.

Após a assinatura do Termo de Compromisso, o órgão ambiental fará a inserção das informações e das obrigações de regularização ambiental no Sistema do Cadastro.

E se eu não conseguir cumprir o prazo descrito no Termo de Compromisso?

Caso o produtor não consiga cumprir o Termo de Compromisso assinado no tempo previsto deverá informar ao órgão ambiental através de requerimento explicando os motivos do não cumprimento para análise de possibilidade de prorrogação.

Relocação de Reserva Legal

Poderá ocorrer a retificação, readequação e realocação da RL averbada, obedecendo os critérios técnicos estabelecidos.

Condições de realocação de área Reserva Legal

I - A RL averbada esteja em áreas declaradas de utilidade pública ou interesse social;

II- A RL tenha sido averbada em área sem cobertura de vegetação nativa, sendo vedados novos desmatamentos, mesmo em áreas resultantes de projetos parcialmente executados.

Até a efetiva análise do CAR poderão ser realizados procedimentos de retificação, readequação e realocação da RL averbada, desde que averbados no respectivo registro imobiliário e

obedecendo aos critérios estabelecidos

As propostas de realocação de RL deverão ser aprovadas pelo órgão ambiental durante o processo de análise sendo essa aprovação condicionante para eventual alteração ou cancelamento da averbação da RL na matrícula.

Documentação a ser apresentada para realocação e retificação

O produtor deverá apresentar a seguinte documentação:

I- Para os casos de Realocação de RL em outro imóvel:

- a) Requerimento do proprietário ou possuidor
- b) O número do CAR das áreas em questão;
- c) Cópia do termo de compromisso, se houver;
- d) Informação e justificativa técnica sobre o ganho ambiental que a realocação poderá representar;
- e) A informação técnica da área que está sendo proposta para realocação, que deverá conter no mínimo:

- 1 - Anuência do proprietário ou possuidor rural, devidamente identificado;
- 2 - Comprovação documental da propriedade ou posse;
- 3 - Identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das ÁPPs, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da RL, podendo utilizar as plantas e informações constantes do CAR.

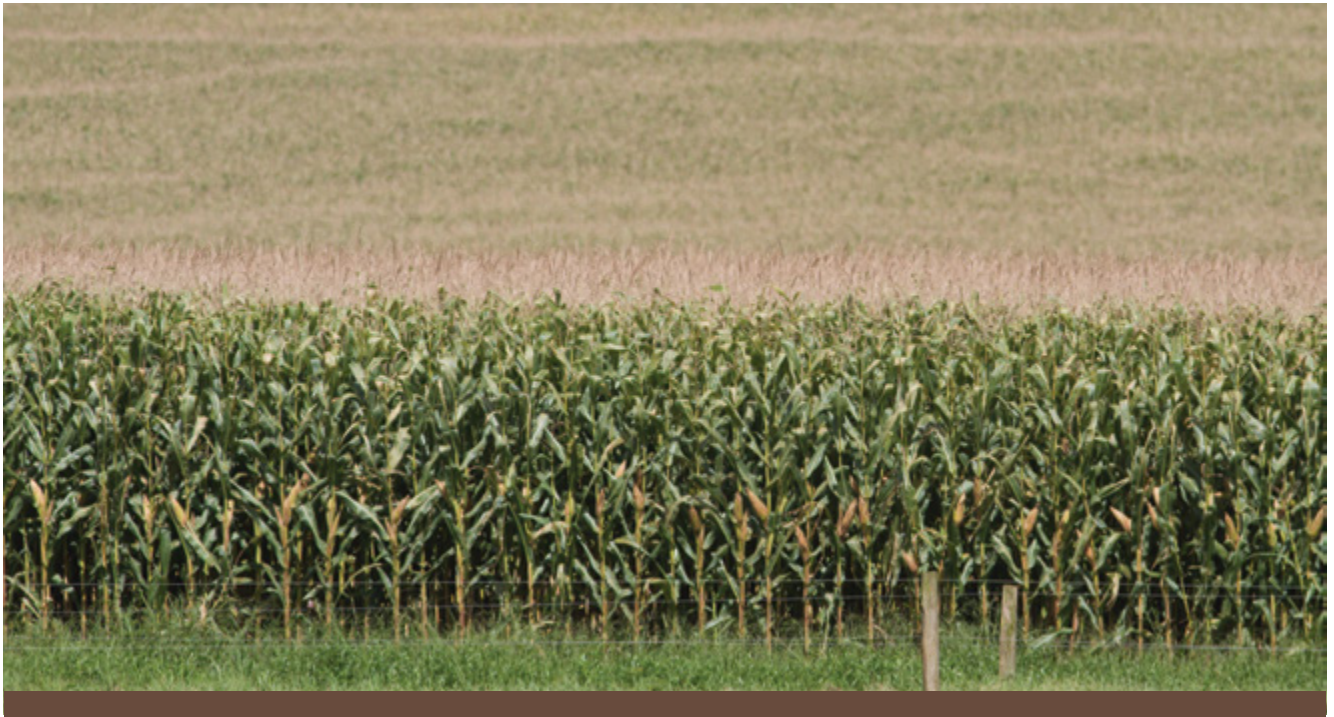
II- Para os casos de retificação e/ou readequação da RL:

- a) Requerimento do proprietário ou possuidor
- b) Justificativa que motive a solicitação;
- c) O número do CAR;
- d) Cópia do termo de compromisso, se houver;
- e) Para imóveis maiores que 4 módulos fiscais: identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das APPs, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da RL podendo utilizar as plantas e informações constantes do CAR.

A conta chegou. De novo

Governo anuncia que não tem recursos para subvenção e seguradoras já enviam faturas para produtores

Por Katia Santos



Mais uma vez, o produtor rural acreditou no governo federal e ficou a ver navios. No dia 6 de novembro, o governo comunicou aos produtores e ao mercado que foram encerradas as operações do Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR) para este ano. Justo agora – quando grande parte dos contratos de custeio já foi assinada, e boa parte da safra de verão já está plantada – alguns produtores estão recebendo a péssima notícia de que terão de desembolsar alguns milhares de reais para honrar a parte do seguro que o governo havia se comprometido a pagar.

Vários sojicultores receberam nos últimos dias boletos das seguradoras cobrando o pagamento da parte do valor da apólice que cabia ao governo federal no PSR. Ricardo de Aguiar Wolter, de Carambeí está entre os que já foram comunicados pelo banco de que a conta está a caminho. Ele plantou 730 hectares, sendo 80% de soja e o restante dividido entre milho e feijão.

Wolter aderiu ao PSR desde o primeiro momento, em 2005, principalmente por causa da cultura do milho, que é considerada de alto risco. Para a safra de verão 2015/16 o produtor buscou financiamento e assinou com o banco contrato de custeio no mês de julho, confiando na subvenção federal e levando isso em conta na

hora de programar a área de cultivo. O produtor investiu R\$ 50 mil, valor equivalente a 40% do prêmio do seguro das três culturas. Isso significa que a parcela da subvenção equivale a R\$ 75 mil.

“Segui a onda, acreditei no governo, e de novo fiquei nessa situação. É uma conta que eu não esperava, agora vou ter que pagar a mais”, lamenta. “Sinceramente, não sei como vou fazer para pagar. Se soubesse dessa postura do governo, com certeza teria adotado uma outra estratégia”, afirma.

Falta de planejamento, falta de compromisso

Assim como Wolter, outros agricultores criticam duramente a atitude do governo, que parece refletir descontrole orçamentário, falta de planejamento financeiro e de compromisso com o campo.

Há apenas cinco meses, em junho deste ano, o Ministério da Agricultura anunciou recursos de R\$ 668 milhões para o PSR. Mais ainda: a ministra Kátia Abreu afirmou que iria buscar os recursos suplementares da ordem de R\$ 300 milhões.

Não vieram recursos suplementares, e do valor prometido, apenas R\$ 317 milhões foram liberados, valor que não cobre nem 10% da área de cultivo do país. Não tinha como dar certo, e a conta desse desarranjo está chegando agora.

“O governo deveria cumprir o que prometeu”, resume o produtor Paulo Orso, presidente do Sindicato Rural de Cascavel. “O setor agropecuário é o único que está ajudando o governo com a manutenção da economia e do saldo positivo da balança comercial. A falta de políticas públicas de médio e longo prazo para o setor impede o planejamento dos produtores.”

Segundo Orso o plantio de soja, que já está concluído, foi realizado respeitando o zoneamento agrícola e o produtor fez o plantio contando com a contrapartida do governo federal. “Além de não cumprir o que prometeu, o governo não libera os recur-

so dentro do prazo adequado deixando o setor em suspense. Como podemos observar com os recursos de 2014, que só foram honrados neste ano”, critica.

Hoje no Paraná cerca de 18% de produtores contratam seguro agrícola. Orso defende uma política consistente, que minimize o custo do seguro. “Se o custo do seguro fosse reduzido, um número maior de produtores iria aderir e os valores diminuiriam. A agricultura tem o poder de girar a roda da economia, principalmente, nos pequenos municípios. Com isso o produtor honra seus compromissos, o comércio fica aquecido e os empregos são mantidos. O governo precisa ajudar quem o está ajudando.”

Com tudo isso, que as perspectivas para a segunda safra de verão do Oeste paranaense não são boas. “Se o produtor não tiver a subvenção para o seguro, ele vai investir menos em tecnologia, o que vai gerar um plantio menos eficiente e menor renda. Os prejuízos serão incalculáveis a todo o país”, diz Orso.

Para 2016, ainda menos recursos

No mesmo comunicado de novembro – aquele que falou do fim dos recursos para o PSR –, o Ministério da Agricultura informou que já estão em discussão as regras para o programa de subvenção de 2016. Entre os itens debatidos estão os percentuais de subvenção por cultura, o limite financeiro por beneficiário e os tratamentos diferenciados por cultura ou região. Para o próximo ano a proposta de orçamento do ministério para o PSR é de apenas R\$ 400 milhões, bem abaixo dos R\$ 700 milhões dos anos anteriores.

Os produtores de soja, milho e maçã, entre outras culturas, terão que arcar com a última parcela do seguro rural, que varia de 40 a 60% do total do prêmio. “O maior risco que vemos nesse quadro é o descrédito do produtor rural em relação à política de seguro rural no país, diz Fabio Pinho, presidente da Essor Seguradora. “No Brasil, país com riscos climáticos elevados, o seguro

Recibo do Sacado

Cedente			Vencimento		
[REDACTED]			17/11/2015		
Sacado	Número do Documento	Nosso Número	Valor do Documento		
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	R\$ 10.661,88		
Instruções (termo de responsabilidade do cedente)					
[REDACTED]					

CIRT: 10000660400015110600080061000088000200000004

Autenticação Mecânica

Recebimento através do cheque nº [REDACTED] do Banco [REDACTED]
Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo banco sacado.


Sacador/Avalista: [REDACTED] CNPJ: [REDACTED]

Local de Pagamento			Vencimento		
[REDACTED]			17/11/2015		
Cedente			Agência / Ident.Cedente		
[REDACTED]			[REDACTED]		
Data do Documento	Número do Documento	Espécie Documento	Acéite	Data do Processamento	Nosso Número
27/10/2015	[REDACTED]	IT	N	27/10/2015	[REDACTED]
Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(+/-) Valor do Documento	
102 - COBRANÇA SIMPLES	REAL		X	R\$ 10.661,88	
Instruções (termo de responsabilidade do cedente)			(-) Desconto		
[REDACTED]			(-) Abatimento		
[REDACTED]			(+/-) Mora		
[REDACTED]			(+/-) Outros Acréscimos		
[REDACTED]			(+/-) Valor Cobrado		

Sacado: [REDACTED]

Sacador/Avalista: [REDACTED] CNPJ: [REDACTED]

Autenticação Mecânica



Ficha de Compensação

rural é essencial. As seguradoras não têm opção, terão que cobrar e isso pode representar a falência de muitos, principalmente dos pequenos produtores.”

A Essor ainda não enviou os boletos de cobrança aos produtores. “Vamos enviar em dezembro, mas continuamos a lutar junto com a Frente Parlamentar da Agricultura e a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNnseg) no trabalho de sensibilização do governo federal”, declara.

Seguro significa renda

Obviamente, o problema do PSR não afeta somente o Paraná. No Rio Grande do Sul, 4 mil produtores de uva que fizeram seguro rural ficaram sem apoio. O setor amargou neste ano perdas de 50% em decorrência do clima, segundo o vice-coordenador da Comissão Interestadual da Uva da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), Olir Schiavenin. “O governo existe para que no nosso país? Não ajuda a educação, saúde, agricultura e nem a infraestrutura?”, desabafa.

O presidente da comissão de Crédito Rural da Federação da

Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Elmar Konrad, também repudia a posição do governo federal. Ele questiona os recursos do Plano Safra 2014/15 foram de R\$ 156 bilhões e em 2015/16 R\$ 185 bilhões, ou seja, um aumento de 20%.

“Por que a subvenção ao seguro rural não acompanhou esse aumento? O governo precisa entender que quando se fala de produção agrícola, seguro significa garantia de renda. Nosso melhor exemplo é o modelo norte-americano, onde o governo investiu na última safra US\$ 12 bilhões no seguro rural. Com um aporte desses o produtor se sente estimulado pelo governo a produzir mais e investir mais em tecnologia, assegurando maior produtividade. Lá eles entendem que o agricultor fica a mercê do clima, que ninguém pode controlar”, argumenta Konrad.

No último dia 16, representantes da Farsul se reuniram com o secretário de Política Agrícola do MAPA, André Nassar, na tentativa de uma solução. “O secretário foi direto, disse que não há recursos para o seguro rural. A única sugestão é chamar as seguradoras e tentar negociar um desconto. Essa postura do governo federal para com os produtores rurais merece todo o nosso repúdio. Porque o governo investiu tanto na realização da Copa do Mundo e agora nas Olimpíadas? Cortar recursos de quem produz alimento é um contrassenso”, afirma Konrad.

O que é o PSR?

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) subvenciona parte do prêmio de seguro rural contratado por milhares de produtores do país. Esse modelo é baseado na experiência internacional, onde o seguro rural progrediu devido à presença do Estado, pois o risco do negócio no seguro agrícola é muito alto pelas seguintes características:

- seleciona de forma adversa, ou seja, é procurado por clientes com risco certo;
- não é um produto massificado;
- elevados custos administrativos;

- passível de adversidades climáticas catastróficas, ou seja, ocorrência de perda simultânea em várias propriedades quando da quebra de safra em alguma região (eventos correlatos), que eleva a probabilidade de danos.

Embora o crescimento ainda seja lento e gradual, a política agrícola do seguro rural sofreu nos últimos anos com a alternância de ministros na Agricultura, cadeira que trocou de dono seis vezes em cinco anos. Não há entendimento nos ministérios sobre a importância dessa ferramenta de mitigação de riscos, o que gerou falhas no planejamento, execução e pagamento dos recursos do programa, fato que vem se repetindo desde 2010, quando a dança das cadeiras no ministério começou.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2015 DO PSR EM MILHÕES DE REAIS (R\$ MIL)

Plano Trienal do PSR	Prometido no PAP	Orçamento aprovado LOA	Pagamento de atraso 2014 (a)	Corte no orçamento (bi)	Redução total (a+b)	Orçamento final 2015	Valor liberado em 2015 (estimado)
800.000	700.000	668.080	300.000	51.380	351.380	316.700	300.000

Fonte: MAPA; CGSR; LOA (2015)

Impasse tecnológico no acesso ao CAR



CAR

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Diante do grande volume de reclamações de produtores rurais, sindicatos e escritórios de consultoria relatando que não estão conseguindo, nos últimos meses, preencher o Cadastro Ambiental

Rural (CAR), por dificuldade de acesso ao programa, a FAEP encaminhou ofício ao Ministério do Meio Ambiente solicitando que “se providencie com urgência a solução dos problemas para que o processo de inscrição do CAR transcorra da maneira mais fácil possível e no prazo estabelecido”.

Os problemas mais comuns relatados são: dificuldade de envio do CAR e sua retificação quando for o caso, impossibilidade de entrar na central de comunicação que informa erro, sistema congestionado que informa site fora do ar ou código 404 e ou nº do CAR inexistente dificultando o produtor reaver uma senha perdida ou acessar o CAR enviado.

Nesta semana, um novo problema foi relatado: os recibos foram emitidos sem a imagem do geo. “Com essas dificuldades do sistema, o produtor fica inseguro, além de não ter sucesso no cadastramento e emissão do recibo do CAR”, afirma o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, que assina o documento, lembrando que o término para a inscrição no CAR se encerra no dia 6 de maio de 2016. “A FAEP tem orientado e incentivado todos os produtores a realizarem a inscrição o mais breve possível para não deixar para os últimos dias”.

Congratulações de Castro

A Câmara Municipal de Castro aprovou voto de congratulações a alunos, professores, diretores, sindicato rural e à secretária de Educação municipal, pelos bons resultados obtidos no Concurso Agrinho 2015. Castro obteve o terceiro lugar na Categoria Município Agrinho (fase estadual); o terceiro lugar estadual na Categoria Escola Agrinho – rede pública, com o CMEI Pequeno Reino; as professoras Carina Hampf de Oliveira (Escola Rural Municipal de Terra Nova) e Alice Ramos Bartmeyer (Escola de Educação Básica Osvaldo Biassio) ficaram entre os cinco primeiras colocadas na Categoria Experiência Pedagógica; e três alunos do município obtiveram a primeira colocação na fase regional em redação e desenho. O Legislativo municipal enviou ofício comunicando o voto de congratulações ao presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

ERRATA

Na última edição do Boletim Informativo, a nota da página 27, com o título Próximas Eleições, a data do curso sobre processo eleitoral foi no dia 10 de novembro e não 11 conforme publicado. A palestrante do departamento sindical foi a Daniele Viola Valentini e não Vicentini conforme publicado.

Debate sobre gás do xisto

A FAEP participou, na última semana, do seminário “Fracking: consequências sociais, ambientais e econômicas na região do Aquífero Guarani”, realizado na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), e promovido pelas comissões do Mercosul e Assuntos Internacionais, de Ecologia e Meio Ambiente e da Agricultura, presididas pelos deputados Maria Victoria (PP), Rasca Rodrigues (PV) e Pedro Lupion (DEM), respectivamente. O fracking, ou fraturamento hidráulico, é a técnica através da qual se extrai gás (conhecido como shale gas ou gás de folhelho) mediante a injeção de toneladas de água misturadas a produtos químicos e areia para gerar fraturas na rocha de xisto, onde o gás está contido.

Representando a FAEP, o engenheiro-agrônomo Nilson Hanke Camargo, do Departamento Técnico-Econômico da Federação, apresentou a palestra “A Visão da FAEP sobre o Fracking e as consequências para a Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Saúde Pública”. A posição da FAEP a esse respeito é que devem ser realizados amplos e aprofundados estudos sobre as consequências desta técnica, e que, com os conhecimentos atuais, ainda não é possível ter um panorama confiável.

Para buscar informações sobre esta questão a FAEP realizou visitas técnicas à Universidade de Illinois, nos EUA, e conversou com autoridades do Ministério do Meio Ambiente do Canadá. Segundo Camargo, “O bom senso recomenda que esta questão seja avaliada com muita cautela”, pondera.



O italiano de Porecatu

“A fortuna acumulada com a destruição das terras são triunfos acumulados à custa da miséria das gerações do porvir.” O leitor consegue imaginar quem é o autor da frase acima, e onde ele a proferiu? Seguem algumas alternativas:

a) O chefe Seattle, da tribo Suquamish, em sua famosa carta ao presidente dos Estados Unidos, em que fala da cessão das terras de sua tribo ao governo do homem branco.

b) João Pedro Stédile, líder do MST, em um discurso em defesa da agroecologia em uma comissão da Câmara dos Deputados.

c) Ricardo Lunardelli, fundador da Usina Central de Porecatu, em um discurso no Rotary Club de Catanduva.

d) Hesíodo, poeta grego, em seu clássico épico *Os Trabalhos e os Dias*.

Se você escolheu as opções a ou d, errou. Tanto a carta quanto o poema épico existem – primeira é uma visão romântica da terra, sob o ponto de vista dos peles-vermelhas da América do Norte, e o segundo é uma obra poética focada na

importância do trabalho e da justiça para a organização humana –, mas a frase citada não faz parte deles. Se você escolheu b, só pode estar de brincadeira...

A resposta certa é c. O autor da frase é Lunardelli – um homem de opiniões fortes e atitudes polêmicas, cujas ações o colocaram como personagem central da história do Norte do Paraná nos anos 1950. E um homem focado na conservação da terra, com ideias no campo ambiental bastante avançadas para seu tempo. Esse é o perfil que emerge do livro Ricardo Lunardelli – uma vida a serviço da terra, escrito pelo jornalista Nilson Monteiro, paulista de Presidente Bernardes e radicado no Paraná desde o fim dos anos 1970.

A biografia foi lançada em julho, e retrata um Lunardelli diferente daquele de quem a História fala. A maioria dos relatos disponíveis o coloca como um dos protagonistas do conflito apelidado de “Guerra de Porecatu” ou “Guerra do Quebra Milho”, um confronto entre posseiros e fazendeiros de contornos típicos do faroeste que acabou cooptado pelo Partido Comunista Brasileiro e encarado como um laboratório para a guerrilha de esquerda no Sul e Sudeste do país.



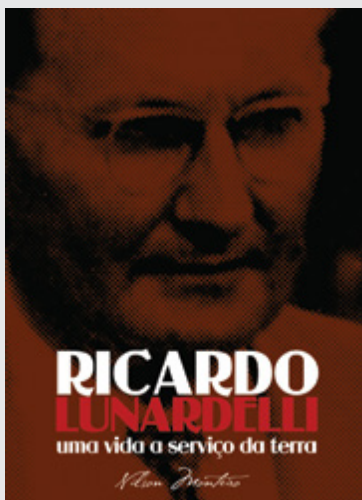
Lunardelli, neto de imigrantes italianos do Vêneto, chegou à margem Sul do Rio Paranapanema em setembro de 1940. Vinha interessado nas terras baratas que lhe eram oferecidas e nos incentivos com que acenava o governo federal da época para a construção de usinas de açúcar e álcool. Seu sonho, revelam os filhos e netos que estão entre as principais fontes da biografia, era levantar uma usina na região.

Emerge do livro um católico fiel, que se preocupava com o bem-estar dos trabalhadores, financiava escolas e investia em

horas comunitárias e conjuntos de residências para os funcionários. E um homem preocupado com o uso do solo – é considerado um dos introdutores das curvas de nível na agricultura paranaense e dizia que a erosão era um “contrabando invisível”, que “leva anualmente 500 milhões de toneladas de terra para o mar e para o Prata”. Para ele, as curvas de nível eram uma espécie de vacina contra o câncer da erosão.

E não bastava implantar o método nas suas propriedades: ele era um divulgador, que escrevia artigos para publicações especializadas defendendo as novidades e falando de algo que era tremenda novidade para os anos 1950 e 1960: a mecanização das lavouras. Lunardelli defendia que a enxada, símbolo do trabalho manual na lavoura, deveria ser reservada apenas àqueles serviços que escapassem à máquina. Inclusive nos cafezais, que desde sempre eram movimentados pelas mãos dos trabalhadores. A divulgação ia até as crianças das escolas e dos clubes rurais mantidos por Lunardelli. Elas deveriam tomar gosto pelas atividades rurais e “o uso de mecanismos apropriados, tornando mais rentáveis e menos árduas as faixas agrícolas, virá desenvolver esse gosto”.

Para o ex-governador Paulo Pimentel, citado por Nilson Monteiro, Lunardelli era “um intelectual por conta própria”. Para aqueles que reivindicavam terras na região de Porecatu nos anos 1940, ele usou seu poder econômico para intimidar – inclusive fisicamente – seus adversários. Nilson Monteiro diz que não há anjos nem demônios nessa história. “Queiram ou não seus descendentes, queiram ou não seus detratores”, Lunardelli, diz ele, “faz parte da História”.



Flora Lunardelli, neta do personagem central, entrega um exemplar do livro ao presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette

Churrasco em risco

Recessão vai afetar demanda por carne bovina em 2016.
O alívio para o produtor deve vir das exportações

Por Hemely Cardoso



A bovinocultura de corte vai depender mais do mercado externo em 2016. Ao longo deste ano, os preços da arroba se mantiveram elevados, acima dos R\$ 140, segundo o indicador da Esalq/BM&FBovespa. Nos próximos meses, entretanto, a cotação do boi poderá ser limitada pela queda do consumo de carne bovina no mercado interno. É a recessão: com a inflação nas alturas e o aumento da taxa de desemprego, os consumidores estão comprando menos carne vermelha.

A salvação, então, deve vir das exportações. A alta do dólar deu fôlego extra aos frigoríficos, que exportaram 1 milhão de toneladas de carne bovina entre janeiro e setembro deste ano, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Há, inclusive, a perspectiva de abertura de novos mercados, como a Arábia Saudita, que promete voltar a importar

o produto brasileiro após um embargo que durou três anos. Para o Paraná, há a expectativa da reabertura dos mercados iraniano e americano. Ainda neste mês de novembro, o Brasil receberá uma comitiva dos Estados Unidos para inspeções em plantas frigoríficas habilitadas à exportação de carne bovina in natura, inclusive no Estado. A China, que comprou 81,3 mil toneladas no período janeiro-setembro deste ano, deve continuar a ser o principal destino da carne brasileira.

Os dados fazem parte de um levantamento realizado pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP para a pecuária paranaense em 2016. Segundo o autor do estudo, o zootecnista Guilherme Souza Dias, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) projeta um incremento de 1% na produção global de carne bovina, atingindo 59,2 milhões de toneladas. O comércio

FIGURA 1 - PRINCIPAIS DESTINOS DA CARNE BOVINA BRASILEIRA

Posição	País	Faturamento US\$ (set/2015)	Volume em toneladas (set/2015)
1	China	81.285.878,00	16.193,62
2	União Européia	70.382.677,00	10.554,88
3	Egito	68.866.812,00	19.245,74
4	Venezuela	66.546.161,00	11.640,37
5	Hong Kong	55.535.921,00	16.608,42
6	Rússia	34.050.115,00	10.769,91
7	Chile	27.064.144,00	5.527,27
8	Irã	24.728.409,00	5.859,71
9	Estados Unidos	20.032.517,00	1.924,10
10	Israel	8.206.020,00	1.568,92

mundial da mercadoria deve crescer 3%, somando 9,9 milhões de toneladas. Entre os principais países produtores – Estados Unidos, Brasil e Índia –, a tendência é que a produção aumente devido à expansão do rebanho. A Índia manterá o posto de maior exportador mundial, ampliando sua vantagem sobre o Brasil.

De acordo com dados do USDA, os indianos exportaram 2,08 milhões de toneladas de carne no ano passado – basicamente de búfalo, por razões religiosas. Para 2015, a expectativa é de que o país exporte 2 milhões de toneladas do produto. No

Brasil, o USDA projeta a exportação de 1,65 milhões de toneladas no período.

Ajustes na produção e margens mais estreitas

Chegar a esse ponto, entretanto, não foi fácil. A combinação entre uma severa escassez de bois para abate e o enfraquecimento da demanda no Brasil e no exterior levou a indústria de carne bovina a fazer cortes profundos no 1º semestre de 2015. Empresas do segmento paralisaram mais de 40 frigoríficos e demitiram milhares de trabalhadores com o objetivo de estancar perdas e ajustar a capacidade à oferta de matéria-prima.

De acordo com levantamento da consultoria Agrifatto, 44 plantas já deixaram de abater bovinos neste ano. A maior parte dessas unidades é de médio e grande porte e fiscalizada pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Segundo a médica-veterinária Lygia Pimentel, diretora da Agrifatto, os frigoríficos fechados ou com as atividades suspensas neste ano representam uma redução de 13% na capacidade diária nacional de abate – ou seja, cerca de 30 mil cabeças. No fim de 2014, as unidades em operação no país tinham capacidade para abater 220 mil cabeças por dia.



O ajuste ainda não terminou. Lygia estima que o consumo médio de carne bovina no Brasil caiu de 41,5 quilos (média de 2014) para 36,5 quilos por habitante, neste ano, em consequência da substituição do produto por proteínas mais baratas, como a de frango.

Com tudo isso, a tendência é de que ocorra maior oferta de animais nos próximos meses. “Nós tivemos uma queda de 9% no abate de bovinos no mês de outubro em todo país”, observa Lygia. “Com isso, provavelmente teremos mais animais disponíveis e o que não for abatido agora vai entrar no mercado no ano que vem. Esse aumento no rebanho vai conter os preços.”

Na avaliação de Paulo Rossi, coordenador do laboratório de Bovinocultura da Universidade Federal do Paraná (UFPR), dificilmente a arroba do boi ficará abaixo de R\$ 145 no ano que vem. E a valorização da carne, para ele, levará a um aumento no rebanho em todo o país.

De acordo com Rossi, os custos de produção ficarão mais altos no ano que vem. “A elevação do dólar aumentou o preço dos insumos, como o sal mineral, a ração, a vacina. Dessa forma, é natural que os custos fiquem mais altos para o produtor. E a tendência é que a pecuária caminhe para margens cada vez mais estreitas, por isso o produtor tem que se profissionalizar e buscar aumentar a produtividade”, diz.

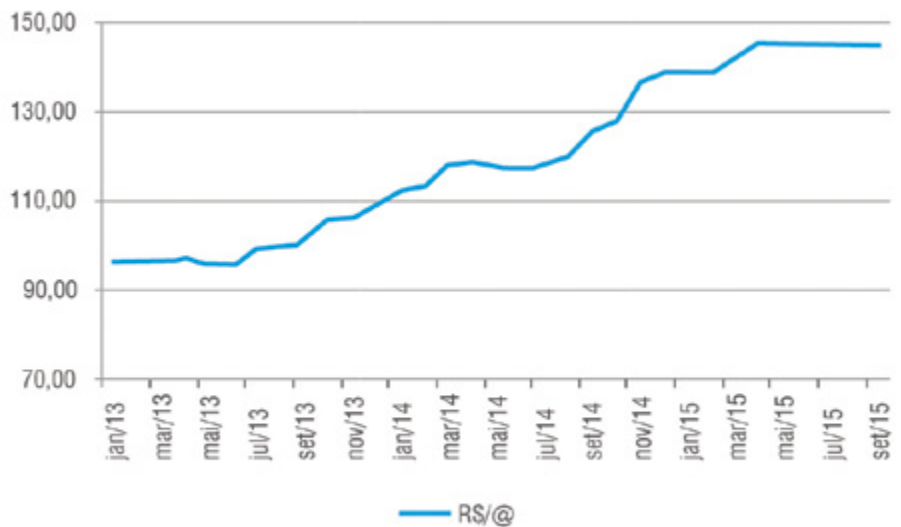
Em 2015, volume de abates está em queda

O rebanho bovino cresceu 0,3% em todo o país em 2014, totalizando 212,34 milhões de cabeças, segundo levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). O rebanho cresceu principalmente nas regiões Norte (+2,5%), Nordeste (1,4%) e Centro-Oeste (0,2%), enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentaram decréscimos de 2,1% e 0,8%, respectivamente. No Paraná o rebanho encolheu 2,3% na comparação com 2013, somando 9,1 milhões de cabeças.

No primeiro semestre de 2015, foram abatidas 15,3 milhões de cabeças, uma queda de 9,15% na comparação como o mesmo período do ano anterior. A mesma situação se repete no Paraná, onde 590 mil cabeças foram abatidas, volume 14,68% inferior em relação a 2014.

Souza Dias, do DTE, explica que a pecuária perdeu terreno para a agricultura nos últimos anos e as altas taxas de abates de matrizes resultaram na queda de animais para a reposição. “Isso provocou um aumento nas cotações dos bezerras em todo

GRÁFICO 1 - COTAÇÕES NOMINAIS DA @ PARA O PARANÁ - 2013 A 2015



Fonte: SEAB/DERAL, 2015; elaboração DTE/FAEP

o país desde 2013”, aponta o zootecnista. Nesse cenário, a oferta limitada de bovinos somada aos preços dos bovinos para a reposição provocou a valorização da arroba.

Seminários

No último dia 16 de novembro, representantes do Comitê Gestor do Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte do Paraná se reuniram, em Curitiba, para fazer um balanço dos seminários de divulgação do plano junto ao setor produtivo. Entre setembro e novembro foram realizados 16 seminários em todo o Estado: Santo Antônio da Platina, Paranavaí, Ponta Grossa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Umuarama, Cidade Gaúcha, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cornélio Procópio, Maringá, Londrina, Ivaiporã e Pitanga. Em torno de 1.100 pessoas participaram dos eventos, entre técnicos, produtores, representantes da indústria e das cooperativas e autoridades políticas. Ao longo de três meses foram percorridos 6.404 quilômetros em todas as regiões do Paraná, onde foram implantados os comitês regionais.

Para onde irão as cargas?

Gargalos logísticos do país são discutidos em evento sobre as perspectivas do agronegócio



grandes gargalos no Brasil: a questão tributária; reformas e a logística. Atualmente, 80% da produção agrícola brasileira viaja em caminhões entre as propriedades rurais e os portos. Para tornar o agronegócio brasileiro tão competitivo quanto o dos Estados Unidos seriam precisos investimentos na ordem de R\$ 1 trilhão.

Novos caminhos para a produção

O agronegócio hoje é o segundo maior demandante de ferrovias no Brasil responsável por 16% da movimentação e atrás apenas do setor de minérios, que absorve 74% dessa estrutura. A localização dos polos produtores no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país

“Em média, a cada cinco anos a produção agrícola brasileira aumenta 5 milhões de toneladas, e um novo terminal precisaria ser inaugurado em algum porto para viabilizar o escoamento. Se a logística não for redesenhada, teremos que convencer o produtor a parar de produzir.” A declaração polêmica foi do diretor-presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, durante o 3º Fórum de Agricultura da América do Sul, realizado em Curitiba, nos dias 12 e 13 de novembro, pelo jornal Gazeta do Povo, em parceria do Sistema FAEP.

As alternativas para o escoamento da produção agrícola foram o tema do painel - Logística: Novas rotas na geopolítica da integração regional, que contou com a participação do professor e coordenador do Núcleo de Infraestrutura, Supply Chain e Logística da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende; do diretor comercial da South American River Company (Sarcom), Javier Gimenez; e do diretor da Appa.

Resende apresentou uma análise da situação de logística atual e as perspectivas para 2022. O especialista apontou os três

leva a uma concentração das exportações para os portos de Paranaguá e Santos – este último, principalmente para a cadeia de açúcar e álcool.

“É preciso entender a dinâmica da economia dessas cadeias, e a partir daí, apresentar projetos para assentar essas necessidades”, diz Resende, da Fundação Dom Cabral. As cadeias de grãos e da bovinocultura, de acordo com ele, formam três grandes arcos que carecem de infraestrutura logística. Dois deles (no Centro-Oeste e nas novas fronteiras agrícolas do MaToPiBa) apontam para o Norte/Nordeste e vão exigir uma transferência dos fluxos logísticos do Brasil Central com destaque para os portos de Vila do Conde, Barcarena e Itaqui. O terceiro arco, que é de grande interesse do Paraná, pega a parte Sul do Mato Grosso, o Leste do Mato Grosso do Sul, um pouco o Sul de Goiás e o Leste paranaense. Esse arco tem no porto de Paranaguá seu ponto de saída. “Isso reforça a nossa posição de que haverá no Brasil um deslocamento de logística de commodities para o arco Norte e para outros pontos da América do Sul”, diz.

Seguro, quando bem usado

Uso de defensivos agrícolas não apresenta riscos quando as boas práticas são cumpridas



A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) para os agrotóxicos é que são substâncias que podem controlar uma praga ou uma doença que podem oferecer algum risco às populações ou ao meio ambiente. Os agroquímicos são uma ferramenta usada para manejo das pragas. Assim, podem aumentar a produtividade quando usados em conjunto com outras tecnologias, como por exemplo, o melhoramento genético a fertilidade do solo garantindo maior disponibilidade de alimentos. Existem vários tipos: inseticidas, acaricidas, herbicidas, desfolhantes e outros. Mas porque existem tantos tabus em relação aos agroquímicos?

Quem nos ajuda a responder essa pergunta é a professora/doutora, farmacêutica e bioquímica, Ellen Lopes, com 37 anos na área de qualidade e segurança do alimento. E o que ela diz é que o mau uso desperta reações, e que os produtos não oferecem risco quando manipulados corretamente. “Tudo vai depender da forma de uso. Para serem usados de forma segura pelos produtores e não causar danos à população que vai consumir os alimentos, ao meio ambiente e aos animais os agrotóxicos têm que ser receitados por um profissional habilitado, respeitando a legislação, serem

transportados, estocados e manipulados com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), aplicados e descartados adequadamente. Se tudo isso for feito, o agrotóxico é seguro”, afirma.

Os defensivos, como Ellen prefere denominar, podem atuar nas folhas, caule e raízes, com ação de contato ou sistêmica. Essas substâncias dos agroquímicos atuam no metabolismo das pragas, bloqueando passos bioquímicos importantes, e levando os organismos nocivos à morte ou diminuindo sua velocidade de reprodução.

Para garantir a produção de alimentos seguros, antes de chegar ao mercado os agrotóxicos passam por inúmeros testes. Um deles é a avaliação toxicológica. “Não existe nenhuma substância que não seja tóxica, até a água mais pura do mundo, se injetada rapidamente no organismo humano causa a morte. A solução é a forma de usar”, afirma a especialista.

No Brasil existe a Lei nº 7802/89, que exige experimentos para avaliar o nível de toxicidade da substância. A instituição responsável por esses testes é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que determina o nível de toxicidade da substância e de que forma ela pode ser usada com segurança.

Testes para conhecer e evitar riscos

Os testes avaliam uma gama enorme de possíveis danos, para evitar que produtos inseguros cheguem ao mercado. São avaliados os níveis de absorção pela pele, por inalação, pelos olhos. “Ainda são feitos exames sobre os níveis de toxicidade retardada e sobre qual vai ser a forma de metabolismo dessa substância no organismo e as vias de secreção, entre outras avaliações”, diz Ellen. A partir deste estudo é estabelecido o Limite Máximo de Resíduo (LMR) tolerado.

Só depois de todos esses processos, o produto é classificado em uma das quatro categorias pelo nível de toxicidade que pode variar de extremamente tóxico a pouco tóxico. A farmacêutica ressalta que só podem chegar ao mercado os produtos registrados após avaliações da Anvisa, que tenham avaliação ecotoxicológica (danos ecológicos) feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e avaliação agrônômica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A farmacêutica também avalia a legislação brasileira em relação à dos países mais desenvolvidos e não vê muitas diferenças, pois segundo ela, seguimos os padrões da OMS. “O problema maior no Brasil não é a legislação, e sim o mau uso dos pesticidas de forma excessiva, abusiva, em geral sem o uso de EPIs. Há ainda o uso de substâncias que nem sequer estão liberadas legalmente, o contrabando de agrotóxicos”, finaliza.

Controle e estímulo às boas práticas

Existem no Brasil dois mecanismos de controle do nível de resíduos de agrotóxicos nos alimentos que potencialmente podem ser nocivos à saúde do consumidor. Um avalia os alimentos no local onde são produzidos, ou seja, nas propriedades rurais. O outro avalia os produtos na ponta do consumo, que estão sendo comercializados nos locais de venda.

As análises feitas na propriedade fazem parte do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC). Trata-se de um programa federal de inspeção e fiscalização realizado nas cadeias produtivas de alimentos, baseado em análise de risco. Nas propriedades os técnicos verificam as boas práticas agropecuárias (BPA), de fabricação, de armazenamento e transporte. Também são analisados os fatores de qualidade e de segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos e derivados de valor econômico importados.

Com isso o PNCRV pretende dar garantias de um sistema seguro, que produza alimentos seguros aos consumidores com base nos requisitos sanitários internacionais estabelecidos pelo Mercosul, Codex, Organização Mundial do Comércio, e órgãos auxiliares (FAO, OIE, WHO).

Do ponto de vista do consumidor o mecanismo de controle é o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). Coordenado pela Anvisa foi criado em 2001 e avalia os alimentos de origem vegetal que são comercializados e chegam a

mesa do consumidor, em relação aos níveis de agrotóxicos.

O PARA é elaborado pela Anvisa em conjunto com as Vigilâncias Sanitárias e com os Laboratórios Centrais de Saúde Pública. São as Vigilâncias Sanitárias estaduais que coletam os alimentos disponíveis no mercado varejista e enviam aos laboratórios para análise. O objetivo também é verificar se os alimentos apresentam agrotóxicos autorizados em níveis de resíduos dentro dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) estabelecidos pela Anvisa.



Ellen Lopes 37 anos de experiência no segmento de alimento seguro

SENAR-PR já treinou mais de 150 mil pessoas na área

O SENAR-PR disponibiliza aos produtores e trabalhadores rurais seis cursos na área de aplicação de Agrotóxicos. Os cursos são gratuitos e, para se inscrever, basta o interessado procurar o sindicato rural mais próximo. De 2003 até agosto desse ano foram realizados 12.524 cursos, com a participação de 151.343 participantes totalizando 179.848 horas de treinamento. Atualmente os cursos atendem as seguintes áreas específicas:

- Formigas cortadeiras
- Norma regulamentadora 31.8
- Pulverizador autopropelido
- Pulverizador costal manual
- Pulverizador tratorizado de barra
- Turbopulverizador

Você já participou de um curso do SENAR-PR sobre manipulação de defensivos? Ele foi útil para você? Escreva para imprensa@faep.com.br e conte sua experiência!

Contra a proibição

Estudo da Embrapa aponta que veto ao uso do paraquate traria problemas ambientais, além de frear a produtividade e a competitividade das lavouras



Paraquate é usado no plantio direto

Preocupada com a possível proibição do paraquate – princípio ativo de herbicidas como o Gramoxone –, a FAEP solicitou parecer técnico da Embrapa Soja sobre a importância para agricultura do herbicida utilizado no manejo de plantas daninhas, e seu impacto técnico e econômico na produção agrícola. O documento, assinado pelos pesquisadores Dionísio Luiz Pisa Gazziero e Fernando Storniolo Adegas, conclui que “a descontinuidade no uso certamente trará um impacto importante na agricultura brasileira não só por questões de produtividade e competitividade das culturas comerciais, mas por criar problemas de ordem ambiental, especialmente no caso do retorno do método mecânico de controle. Também cabe ressaltar que a diversificação de produtos com diferentes mecanismos de ação é importante para a prevenção e manejo de espécies resistentes, um problema que tem crescido de forma preocupante em nosso país”.

Com base na análise técnica, a FAEP preencheu formulário da consulta pública de reavaliação toxicológica do paraquate. O produto é usado no combate a mais de 40 plantas daninhas, em especial nas lavouras que usam o sistema de plantio direto.

Segundo estimativas da Embrapa, divulgadas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), se o paraquate for banido, haverá um aumento de 129% nos custos de produção. O documento da Embrapa lembra ainda que a grande maioria dos produtores brasileiros adota o sistema de semeadura direta das culturas comerciais, como resultado de um esforço conjunto de produtores, assistência técnica e pesquisa.

A contribuição desse sistema na conservação do solo e da água é inquestionável e permitiu a eliminação do fogo, que era usado para queimar a palhada da colheita anterior. O plantio direto também evita o uso de arado e de grade, que eram utilizados para trabalhar o solo e controlar as plantas daninhas que emergem antes da semeadura da soja. Esses implementos provocam a formação de camadas de compactação subsuperficiais e causam a erosão da camada a mais produtiva do solo, que é a superficial.

Assim, o método mecânico de controle das infestantes foi substituído pelo químico, pois no dia da semeadura a área deve estar completamente livre dessas espécies. Em condições tropicais, como acontece no Brasil, as plantas daninhas apresentam dinâmica e agressividade diferenciada, e a convivência dessas espécies com as culturas comerciais podem tornar essa atividade inviável.

O paraquate, assim como os demais herbicidas chamados de “dessecantes”, é usado no manejo da pré-semeadura, visando a favorecer a emergência das culturas econômicas e evitar a competição com as plantas infestantes. Os produtos usados nesse manejo possuem especificações técnicas próprias. Por isso a definição sobre qual ou quais devem ou podem ser aplicados é feita com base no diagnóstico feito por profissional legalmente habilitado, e seu uso poderá ser feito desde que emitida uma receita agrônoma. Atualmente, o paraquate tem sido administrado como produto de contato para complementar o controle de biótipos resistentes ao glifosato e outras espécies de difícil controle.

Depois de concluída a consulta pública, em 16 de novembro, a decisão final da Anvisa deverá ser divulgada em 120 dias.

Adeus ao tropeiro

Morre, aos 104 anos, Waldomiro Ribas, um dos fundadores do Sindicato Rural de Palmas



Corriam os anos 1930, e os irmãos Ribas vinham conduzindo uma boiada de Palmas para os Campos Gerais. Vinham pelo Caminho de Tropas de Palmas a Palmeira, atravessando o Rio Iguaçu no vau União da Vitória, onde o curso d'água dava passagem para os animais sem necessidade de embarcação. Era justamente no dia 7 de setembro e as escolas estavam em formatura, concentradas na praça para o desfile, quando a boiada estourou.

Waldomiro, o caçula dos Ribas, percebeu o perigo, esporeou a mula tostada e alcançou um boi muito brabo que avançava em direção à concentração. Num tirão de laço certo, na última hora, imobilizou o animal pelas duas guampas, evitando um acidente de grandes proporções. Foi delirantemente aplaudido pelo ato heroico.

Essa é apenas uma das muitas histórias de Waldomiro. Contava outros episódios, envolvendo ataques de índios, festas de

colonos no caminho e travessias dos rios Chapecó, Chopim e Potinga. A vida de tropeiro foi uma escola onde aprendeu a vencer as dificuldades, planejar ações, a respeitar as pessoas e honrar a palavra dada a qualquer custo.

Nascido em 1911, Waldomiro Ribas perdeu a mãe aos 3 anos de idade. Nessa época vigorava o preceito cristão, que estabelecia a obrigação dos padrinhos de acolherem os afilhados para dar sua colaboração na orfandade. Por isso, Waldomiro viveu com os padrinhos Basílio Ferreira Pacheco e Emília Carneiro Pacheco – proprietários da Fazenda Morro Chato, lindeira com a Fazenda Serro do Inglês, que pertencia ao seu pai, Joaquim Mariano Ribas.

Waldomiro retornou à casa paterna antes da adolescência e permaneceu solteiro até os 32 anos de idade. Foi o braço direito do pai, que já dispunha de extensas áreas de campo e numeroso rebanho de gado. Tinha gosto pela pecuária de corte e adquiriu grande experiência no manejo do gado. Proprietário das Fazendas Fundo Grande e Capão, em Palmas, permaneceu em atividade até os 100 anos. Madrugador, aproveitava o dia para acompanhar as lides do campo, retornando alegre à casa. Participou de cooperativas e sindicatos de produtores rurais, tendo sido um dos fundadores do Sindicato Rural de Palmas.

Como criador, procurou preservar e melhorar a raça de gado Caracu. Colaborou com os clubes sociais, como o Grêmio Recreativo dos Campos de Palmas e o Clube União Palmense, participando das suas diretorias. Filiou-se à Aliança Liberal de Getúlio Vargas para combater o coronelismo da República Velha, muito presente em Palmas. Participou, com seu pai e irmãos do levante armado liderado pelo promotor público Moura Brasil, no final da década de 1920, contra os coronéis do PRP. Durante a ditadura militar fez parte do MDB, participando do movimento pela redemocratização. Recebeu o título de cidadão benemérito de Palmas e foi homenageado no pórtico da cidade, com um belo poema em uma placa inaugurada no último dia 7 de setembro, junto ao monumento aos tropeiros.

Waldomiro casou-se com Maria Ferreira Ribas, com quem viveu por quase 70 anos. Tiveram três filhos: Francisco (falecido), Circe e Rose. Ajudou a criar os netos e bisnetos. Faleceu em 18 de outubro de 2015, aos 104 anos de idade.

Para premiar a competência

Encerramento do Programa Empreendedor Rural ocorrerá no dia 4, com presença de 4,5 mil pessoas



Está chegando a hora da grande festa do empreendedorismo no campo. No próximo dia 4 de dezembro, o Sistema FAEP/SE-NAR-PR vai reunir aproximadamente 4,5 mil produtores e líderes rurais no Expotrade Pinhais para o evento de premiação e encerramento do Programa Empreendedor Rural (PER), criado em 2003, em parceria com o Sebrae-PR e a Fetaep.

O PER estimula as habilidades do produtor e desenvolve as competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis. Com essas informações e conhecimento ele pode administrar melhor sua propriedade obtendo melhores resultados. “O objetivo principal do programa é dar ao participante uma visão mais clara de seu papel na sociedade, comenta o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette. O participante precisa compreender as interrelações entre sua atividade e os demais setores da economia e o que a sociedade espera dele, para assim,

garantir mais renda e ter condições de continuar no campo.

O programa possui cinco fases: diagnóstico, planejamento estratégico, estudo de mercado, engenharia de projetos e avaliações. Ao todo são quinze módulos específicos e direcionados a cada fase do projeto, abordando áreas de conhecimento técnico e de desenvolvimento humano.

Ao longo do programa, os empreendedores rurais recebem conceitos que abrangem a área técnica necessária à elaboração do projeto, além de trabalhar o lado pessoal, interpessoal, social e humano dos participantes. Os produtores trabalham com temas: autoestima, cidadania, liderança, competências pessoais e grupais, habilidades sociais, formas de comercialização, custos de produção, planejamento estratégico, noções de legislação trabalhista, ambiental, sucessão familiar, fluxos de caixa e outros conceitos.



Ao final do curso o produtor e/ou trabalhador rural pode desenvolver atividades inovadoras nas propriedades, conhecendo os riscos a que estão sujeitos, quais as melhores formas para se obter sucesso.

Os participantes do PER são estimulados a apresentar um projeto, uma espécie de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde constam diagnóstico, planejamento estratégico e análise da realidade, estudo de mercado, etc. Esse ano foram encaminhados 99 trabalhos para análise de uma banca composta por um grupo de dez técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR, Fetaep, Sebrae-PR e professores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Agora, presente em 24 Estados

Do total de trabalhos apresentados, dez projetos são classificados. Esses produtores recebem no evento um troféu e disputam a etapa estadual. Os empreendedores autores dos três projetos classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares na seleção estadual participarão de viagem técnica nacional ou internacional. O destino da viagem será definido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Sebrae-PR e Fetaep.

Em 2007 o PER iniciou a expansão nacional e atualmente está presente em 24 Estados brasileiros. Desde o início do programa no Paraná, há 12 anos, foram 1.134 turmas totalizando 28 mil participantes. Somente em 2015 foram 48 turmas com a participação de 960 produtores rurais.

A partir de 2012 o SENAR-PR passou a oferecer também o PER na modalidade Educação à Distância (EaD) - o Empreendedor à Distância. Com foco no Planejamento Estratégico, o curso tem 40 horas, divididas em quatro horas presenciais e o restante em nove semanas. Esse curso funciona como uma especialização do tema e é dirigido aos produtores que já fizeram o PER.

Olimpíadas de Matemática e Português

Durante o evento também será realizada a prova final da Olimpíada Rural nas modalidades Matemática e Português. A competição tem como objetivo principal criar o hábito de estudar de uma forma diferente e trazer um novo estímulo para os jovens aprofundarem seus conhecimentos.

O evento é direcionado aos alunos que cursaram os Programas Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) e para os alunos dos Colégios Agrícolas. As atividades desse concurso são realizadas na modalidade Educação à Distância.

Esse ano o Sistema FAEP/SENAR-PR registrou 862 inscrições para as Olimpíadas, sendo 420 em Matemática e 442 em Português. Desse total, serão selecionados 50 alunos de cada matéria. Eles virão a Curitiba para participar da etapa estadual do concurso, que acontece paralelamente ao evento de premiação do Empreendedor Rural. Nesse dia os alunos farão uma prova e os três jovens que obtiverem as melhores notas em cada prova serão os finalistas. Cada um deles receberá um tablet de prêmio.

“Falta respeito ao campo”

Consultor Xico Graziano, que será o palestrante do PER, defende mudança de pontos de vista no que se refere à agricultura brasileira



A agropecuária mudou muito nas últimas décadas, houve introdução de novas técnicas, tecnologias e de uma visão empresarial que passou a nortear a gestão das propriedades rurais. O saldo dessa transformação todos conhecemos: maior produtividade, melhor qualidade da produção e o agronegócio passando a ser o fiel da balança da combatida economia brasileira.

Uma análise sobre os processos que levaram a atividade rural a esse novo patamar de excelência está no livro “Novo Mundo Rural”: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil” lançado este ano pelo engenheiro agrônomo Xico Graziano, ex-chefe de gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso e uma das cabeças pensantes mais respeitadas do país quando o assunto é agricultura.

Graziano virá ao Paraná no próximo dia 4 de dezembro, onde ministrará a palestra magna “como está o país e para onde ele vai” do Programa Empreendedor Rural. Para dar uma prévia dos temas que irá tratar, ele concedeu a seguinte entrevista ao Boletim Informativo da FAEP.

BI - Em seu novo livro, o senhor fala de um novo mundo rural que emergiu no Brasil nas últimas décadas. Que mundo é esse?

Um mundo onde a tecnologia venceu e onde a produtividade impera e o conhecimento se sobressai, uma economia agrária fortemente vinculada aos mercados agroindustriais. Trata-se de uma agropecuária completamente distinta daquela dos anos 70. Mudou a realidade e, infelizmente, muita gente ainda raciocina como antigamente. Isso precisa mudar.

BI - Na sua opinião, qual a importância do associativismo no desenvolvimento da agricultura Brasileira?

Sendo a economia rural cada vez mais competitiva e pressionada pelos oligopólios, o cooperativismo e o associativismo são as melhores receitas para fortalecer a renda setorial. Juntos, os produtores negociam em melhores condições seus custos, ganham escala e obtêm preços de venda mais compensadores.

BI - Costuma-se dizer que “da porteira para dentro” a atividade agropecuária vai muito bem. Quais os principais problemas que devem ser resolvidos “da porteira para fora”?

Nossa grande deficiência está, sabidamente, na infraestrutura de comercialização da safra, cujas deficiências são graves no Centro-Oeste, especialmente. Os portos estrangulam o comércio exterior, as ferrovias não saem do papel, as hidrovias permanecem inoperantes. Tudo isso onera os custos.

BI - Desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e respeito pelo meio-ambiente. É possível aliar estes três fatores na produção agropecuária?

Essa é a inexorável equação da sustentabilidade, o caminho para o futuro na agropecuária. Ainda passaremos por um

grande aprendizado, novas tecnologias precisam surgir, mas precisamos dominar a agenda socioambiental.

BI - Apesar de ser um setor competitivo, que gera empregos e divisas, muitas vezes o agronegócio é visto como vilão por uma parcela da sociedade. Por que isso acontece?

Ninguém consegue explicar direito essa tragédia no marketing do campo. Razões históricas, ligadas ao passado escravocrata, o desmatamento, uso de agrotóxicos, existem na opinião pública urbana uma série de restrições típicas da sociedade que não valoriza suas origens. Nos Estados Unidos e na Europa, os agricultores são venerados como os construtores da pátria; aqui viramos “ruralistas”. Falta respeito ao campo.

BI - Na atual conjuntura econômica e social, ainda faz sentido existirem invasões de terra?

Nunca fez sentido invadir terras, pois configura um ato antidemocrático, algo medieval, quando se fazia justiça com as próprias mãos. É o Estado quem deve decidir se a terra é passível de desapropriação, jamais o MST. Hoje em dia, existe 1 milhão de famílias assentadas em projetos de reforma agrária no Brasil; a prioridade é torná-las produtivas, fazê-las evoluir. Precisa acabar a rosca sem fim da reforma agrária.

BI - Para onde aponta o futuro da agricultura brasileira?

Aponta para a consolidação de um modelo de produção tropicalizado, baseado no plantio direto na palha, com a integração entre lavoura, pecuária e silvicultura, muito profissionalismo, muita cooperação, capaz de alimentar os brasileiros e ainda de vender alimentos para todo o mundo. O Brasil se tornará o maior país agrícola do planeta e, ademais, será uma potência agroambiental.

Cozinha premiada

Foi realizado na noite de 14 de novembro, no estande do Sindicato Rural de Cascavel, na 36ª Expovel, o “Concurso do melhor prato doce e salgado de derivados da mandioca”. O evento foi realizado pelo Sindicato, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura. Participaram do concurso 12 produtoras rurais, que formaram seis duplas. Elas participaram, em 2014, de cursos promovidos pelo sindicato Rural de Cascavel e

SENAR-PR. As participantes aplicaram os conhecimentos que adquiriram nos cursos.

Na categoria prato doce, venceu a dupla formada por Márcia Izabel Balbinot e Loivana Limberger Balbinot, da comunidade rural de Gramadinho. Elas confeccionaram o prato Queijadina de Côco. Na categoria prato salgado, a dupla ganhadora foi Marizete Alérico Mendes e Elisângela Tomé Maciel, da localidade rural de Nova União, com o prato Torta de Mandioca. As vencedoras ganharam peças denominadas réchaud, com queimador em porcelana, além de prêmio de participação às seis duplas.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/10/2015

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	30.115.342,91	-	2.341.952,64	-	36.754.728,61
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.143.861,22	-	181.518,99	-	15.496.268,05
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	3.069.475,56	-	-	-	6.894.010,19
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	123.033,84	-	-	-	200.356,62
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	12.136,17	-	-	-	17.974,78
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	153.502,15	-	-	-	237.510,06
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	*141.031,00	36.756.032,94	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	59.523.280,88
SALDO LÍQUIDO TOTAL								59.523.280,88

> NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio:

1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 /
3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 /
5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 /
7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 /
9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 /
11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 /
13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassé mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = **R\$542.225,27**
b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = **R\$ 542.225,27**

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

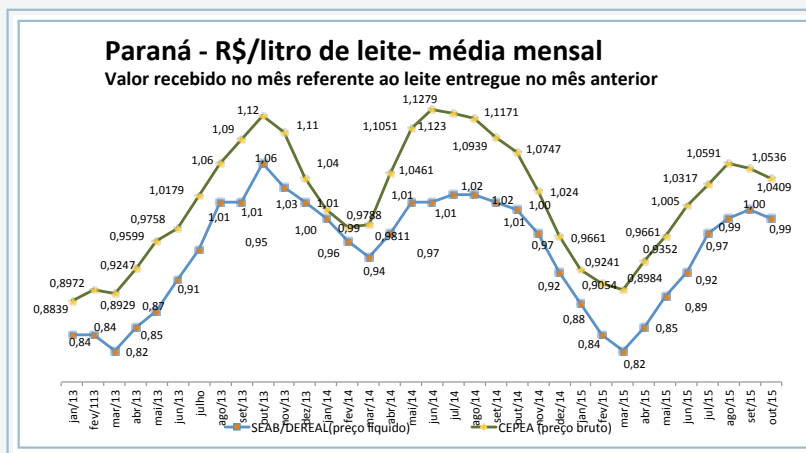
Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 17 de novembro de 2015 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em outubro de 2015 e a projeção dos valores de referência para o mês de novembro de 2015, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - OUTUBRO/2015

Matéria Prima	Valor Projetado em outubro/2015	Valor Final outubro/2015	Diferença (final-projetado)
Leite PADRÃO	0,8791	0,8886	0,0095

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - OUTUBRO/2015 E PROJETADOS PARA NOVEMBRO/2015

Matéria Prima - Valores Finais	Valor Final outubro/2015	Valor Projetado em novembro/2015	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	0,8886	0,9212	0,0326

(*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funnrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite PADRÃO", que se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de novembro de 2015 é de **R\$ 1,7981/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 17 de novembro de 2015

RONEI VOLPI Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

Ribeirão do Pinhal



Jardineiro

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou nos dias 1º a 3 de setembro o curso Jardineiro - implementação e manutenção. Participaram 11 produtores e produtoras rurais com a instrutora Maria de Fátima Cavalheiro Marcondes.

São João



JAA

O Sindicato Rural de São João realizou no dia 16 de outubro a confraternização de encerramento do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) 2015. Estiveram reunidas as turmas de jovens de São João e da Vila Paraíso. Também participaram do evento o presidente do sindicato rural, Arceny Bocalon, os pais dos alunos, diretoras das escolas e a instrutora Vandressa Michele Mackievicz.

Rondon



Encontro

No dia 22 de outubro o Sindicato Rural de Rondon realizou o Encontro de Produtoras Rurais de Rondon e Guaporema. O evento aconteceu no Salão de Eventos do sindicato rural de Rondon e contou com a participação de 140 produtoras rurais.

São Mateus do Sul



Tratores Agrícolas

O Sindicato de São Mateus do Sul realizou, em parceria com a Emater, nos dias 7 e 8 de outubro, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Básico. Participaram 12 produtores rurais com a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski.

Espertinho

O pássaro da espécie *Camarhynchus pallidus*, nativo das ilhas Galápagos, é bem espertinho. Ele se alimenta de larvas e insetos que se alojam na casca das árvores. Alcançar esses bichinhos costuma ser tarefa de animais de bico longo, como o pica-pau. Não é o caso deste passado, que coleta espinhos de cactos ou pequenos gravetos para usar como ferramenta e desentocar suas presas.



Para refrescar

Ao contrário do que muitos imaginam, o gengibre não é uma raiz, mas sim um rizoma (um tubérculo, como a batata) com caules retorcidos. Rico em propriedades medicinais, ele é utilizado há mais de 3 mil anos como remédio para diversos males. É fonte de vitamina B6, cobre, magnésio e potássio.

Por ser antioxidante, aumenta a imunidade e dizem até que previne o câncer.

Uma dica para o verão é bater um pedacinho de gengibre no liquidificador quando for fazer um suco de frutas. O gostinho do gengibre deixa o resultado mais refrescante!



Vovô animal

A raça mais antiga de cães que se conhece é a saluki, que os especialistas acreditam ter surgido por volta do ano 329 antes de Cristo. Há, entretanto, desenhos de cachorros que se parecem com salukis, encontrados no Sul do Irã, que datam de 7.000 aC. No antigo Egito, os salukis eram mascotes dos faraós, e muitos eram mumificados depois de sua morte.



Torcida contra a greve

Dizem que foi uma greve no serviço de bondes de Porto Alegre que inspirou o compositor Lupicínio Rodrigues – conhecido por sambas-canção como “Vingança”, “Felicidade” e “Nervos de Aço” – na criação do hino do Grêmio. É por isso que o verso inicial da música diz que “Até a pé nós iremos” onde o Grêmio estiver.



Cemitério movimentado

O cemitério mais visitado do mundo é o Père Lachaise, em Paris. O nome faz referência ao padre (père, em francês) François de la Chaise, que ouvia as confissões do rei Luís XIV. O padre morou no local até sua morte, em 1709. O terreno só se transformaria em um cemitério público 1804, por ordem de Napoleão. Lá estão enterrados famosos como os escritores Oscar Wilde e Marcel Proust, a cantora Edith Piaf, os compositores Georges Bizet e Frédéric Chopin, o pintor Eugène Delacroix, o cientista Joseph Louis Gay-Lussac, os dramaturgos Molière e Honoré de Balzac, o roqueiro Jim Morrison (ex-líder do The Doors) e o pioneiro do cinema Georges Méliès. Dois milhões de pessoas visitam o Père Lachaise todos os anos.





Temporal em Palotina

O tempo não estava bom quando o leitor Maxwell Correa tirou esta foto na Fazenda Pelanda, em Palotina. Mas a imagem ficou bonita!

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br

A guerra mais curta

A guerra mais rápida da História foi entre a Inglaterra e o sultanato de Zanzibar, uma ilha na costa Leste da África. Os britânicos não aceitavam que Khalid bin Barghash, filho mais velho do falecido sultão Hamad, assumisse o trono – preferiam Hamud bin Muhammad, seu inimigo político. A coroa britânica deu um ultimato, exigindo que Khalid deixasse o trono até as 9 horas da manhã de 27 de agosto de 1897. Como o sultão avisou que resistiria, não houve acordo. Às 9h02, cinco navios britânicos abriram fogo contra o palácio de governo. Às 9h40, a bandeira branca foi erguida – a guerra estava acabada. Khalid conseguiu fugir para o continente, mas acabou preso nove anos depois, e foi exilado nas ilhas Seychelles.



Na escola...

Na aula de biologia a professora pergunta para o Zezinho:

— Zezinho, onde podemos encontrar as baleias?

Aí ele respondeu:

— A gente nem encontra, professora! São bichos tão grandes que é impossível alguém perder!

Em outra escola, a professora tenta ensinar matemática ao Joãozinho.

— Se eu te der quatro chocolates hoje e mais três amanhã, você vai ficar com...

Como ele não respondia, ela insistiu:

— Pensa, Joãozinho, você fica com...com...

— Con... tente!?

Fantasia

Um dos maiores clássicos de Walt Disney, o desenho animado Fantasia, foi lançado há 75 anos, em novembro de 1940. O filme usa o desenho animado para retratar oito peças da música clássica, de autores como Bach, Tchaikovsky, Stravinsky, Beethoven e Schubert. Disney gostava tanto da ideia de usar o cinema para difundir a música erudita que imaginava fazer uma nova versão da obra a cada ano!





10 DICAS

para uma vida mais saudável

1 - Evite refrigerantes e atenção aos sucos prontos. O consumo de refrigerantes normais está relacionado a diabetes e obesidade, enquanto o de não adoçados (como light, diet e zero) causa piora do funcionamento dos rins. Já a frutose proveniente das frutas e que adoça os sucos prontos, quando consumida em excesso pode provocar aumento da pressão arterial.

2 - Distribua melhor as refeições ao longo do dia. Tente se alimentar a cada três horas para evitar redução do metabolismo e sobrecarga em determinadas refeições (principalmente à noite). Além disso, evite que o corpo entre na chamada "reserva de energia", que é quando o organismo entende que, pelo jejum prolongado, precisa armazenar calorias, dificultando a perda de peso.

3 - Aumente o consumo de líquido ao longo do dia, preferencialmente água. A ingestão contínua de líquidos mantém o metabolismo em constante movimento, assim como a atividade das células corporais e o funcionamento do intestino. Não espere a sede. Se ela chegar, é sinal de que o corpo já está desidratado.

4 - Prefira alimentos integrais em substituição aos carboidratos refinados. Os integrais levam mais tempo para serem digeridos, promovendo maior tempo de saciedade e melhor funcionamento do intestino.

5 - Não consuma alimentos muito calóricos no jantar, isso pode prejudicar o sono. Além disso, como o metabolismo fica mais lento à noite, o gasto de calorias nesse período será menor, podendo gerar ganho de peso.

6 - Pratique atividades físicas, elas são fundamentais para promover condicionamento, aumentar a longevidade e diminuir o estresse. Para quem tem mais de 35 anos, exercícios físicos ajudam a manter a massa muscular. A prática é importante porque parte do metabolismo depende da massa muscular.

7 - Só consuma medicamentos sob orientação médica. Sem o acompanhamento profissional, as pessoas tendem a tomar medicação em excesso ou a deixar de tomar medicamentos que realmente precisam.

8 - Durma bem. Para um sono mais tranquilo, evite: refeições pesadas à

noite, cafeína depois das 17 horas e exercícios físicos extenuantes no período noturno.

9 - Tenha um hobby ou faça atividades de que goste bastante, saindo da rotina. É uma ótima maneira de escapar do círculo de pensamentos preocupantes e de manter a motivação.

10 - Procure informação e ajuda para parar de fumar ou de consumir álcool em excesso. O cigarro é fator de risco para inúmeras doenças e sobrecarrega muito o aparelho pulmonar e o sistema circulatório. Já o álcool, além de trazer problemas comportamentais, é bastante nocivo ao fígado e ao pâncreas, que são fundamentais para o nosso metabolismo.

(Extraído do site do Hospital Israelita Albert Einstein)

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / / _____ Responsável
Em / / _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br